

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO N° _____ 2005 (Do Senhor PASTOR REINALDO)

Requer a realização de Audiências Públicas para debater a criação do **SINAJUR** – Sistema Nacional de Assistência Jurídica

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a realização de Audiências Públicas visando promover amplo debate sobre a criação do **SINAJUR** – Sistema Nacional de Assistência Jurídica, sugestão enviada a esta Comissão pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – CONDESESUL, Sugestão nº 118/2005, convidando como expositores: representante do CONDESESUL- Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul; Dr. ANDRÉ LUIS MELO, Promotor de Justiça na cidade de Uberlândia/MG; representante da AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros; da Defensoria Pública da União; da CONAMP - Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; representante da ANAMANTRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; da AJUFE – Associação dos Juízes Federais do Brasil; representante da ANPR – Associação Nacional dos Procuradores da República; da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos; do SUAS – Sistema Único de Assistência Social; da Associação Nacional dos Delegados da Policia Federal; da ADEPOL/BR - Associação Nacional dos Delegados do Brasil; o responsável pelo Departamento Penitenciário Nacional; representante do Conselho Nacional de Justiça; do Conselho Nacional do Ministério Público; da Advocacia Geral da União; do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e da ONG Justiça Global.

JUSTIFICAÇÃO

Ao ser designado Relator da **Sugestão 118/2005** de autoria do CONDESESUL - Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul, que visa criar o SINAJUR - Sistema Nacional de Assistência Judiciária, detectei que não poderia emitir parecer para criação de tão importante Sistema sem que fossem ouvidos órgãos públicos e privados, bem como organizações de classes que já prestam a assistência judiciária.

É inegável que uma grande parte da população do Brasil tem o acesso à Justiça cada vez mais dificultado e esta situação não deve e não pode mais ser admitida e permitida. As Defensorias Públicas Estaduais, a Defensoria Pública da União e as demais organizações que prestam este tipo de assistência não conseguem atender a demanda o que leva milhares de brasileiros sem assistência jurídica

A Sugestão da criação do SINAJUR visa exatamente solucionar este problema. No entanto sua criação poderá esbarrar em impedimentos legais e ferir interesses de órgãos públicos e privados e classes de profissionais que há anos já prestam a assistência jurídica, razão pela qual, este Relator se sentirá mais seguro se antes de emitir um parecer, ouvir as partes envolvidas visando assim que seja evitada injustiças, por ação ou omissão, deste Relator que venha prejudicar, ainda mais, a população carente de nosso país.

Dada a amplitude do debate e o benefício que a Sugestão apresenta, requeiro, após ouvido o Plenário desta Comissão, que seja aprovada a realização de Audiências Públicas, para que serem ouvidas as seguintes autoridades e representantes de instituições, a saber: Sra. **ZOILDA DA PAZ**, Presidente do CONDESESUL- Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul; **Dr. ANDRÉ LUIS MELO**, Promotor de Justiça na cidade de Uberlândia/MG; **Dr. EDUARDO FLORES VIEIRA**, Defensor Público Geral da União; **Juiz RODRIGO TOLENTINO DE CARVALHO COLLAÇO**, Presidente da AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros; **Dr. JOÃO DE DEUS DUARTE ROCHA**, Presidente da CONAMP - Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Juiz **JOSÉ NILTON FERREIRA PANDELLOT**, Presidente da ANAMANTRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; **Juiz JORGE ANTONIO MAURIQUE**, Presidente da AJUFE – Associação dos Juízes Federais do Brasil; **Procurador da República NICOLAO DINO DE**

CASTRO E COSTA NETO, Presidente da ANPR – Associação Nacional dos Procuradores da República; **Dr. NILMÁRIO MIRANDA**, Secretário Nacional de Direitos Humanos; **Sra. SIMONE ALBUQUERQUE**, Diretora do SUAS – Sistema Único de Assistência Social; **Dra. EDINA DE MELO HORTA**, Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal; **Dr. JOSÉ CARLOS WEBER**, Presidente da ADEPOL/BR - Associação Nacional dos Delegados do Brasil; **Sr. MAURÍCIO KUEHNE**, responsável pelo Departamento Penitenciário Nacional; **Ministro NELSON JOBIM**, Presidente do Conselho Nacional de Justiça; **Dr. ANTONIO FERNANDO SOUZA**, Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público; **Ministro ALVARO AUGUSTO PINHEIRO COSTA**, Advogado Geral da União; **Dr. ROBERTO ANTONIO BUSATO**, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e **Sra. SANDRA CARVALHO**, Diretora Executiva da ONG Justiça Global.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 2005.

Deputado PASTOR REINALDO PTB/RS